



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CICLISMO

CNPJ: 00.827.351/0001-70

AUDITORIA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2023



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CICLISMO
CNPJ: 51.936.706/0001-09

CONTÉM:

- 1- RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
- 2- BALANÇO PATRIMONIAL
- 3- DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
- 4- DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
- 5- DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA
- 6- NOTAS EXPLICATIVAS

INDEP Auditores Independentes S/S

Avenida Embaixador Abelardo Bueno, 3.500 / Grupo 1.318 - Barra da Tijuca

Rio de Janeiro/RJ – CEP: 22631-002

Tel: (21) 2263-5189

Web: www.indep.com.br – E-mail: indep@indep.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Srs.
Presidente e Diretores
CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CICLISMO
Londrina – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CICLISMO**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações de Resultados, das Mutações do Patrimônio Social, dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CICLISMO** em 31 de dezembro de 2023, e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em especial para as Entidade Desportiva Profissional ITG-2003; Entidades Sem Fins Lucrativos ITG-2002; e a NBC-TG 1000 Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida em conformidade com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CICLISMO**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprindo com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Auditoria do período anterior

As demonstrações contábeis da **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CICLISMO** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram examinadas por outros auditores, com a emissão relatório em 16 de março de 2023, sem modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

INDEP Auditores Independentes S/S

Avenida Embaixador Abelardo Bueno, 3.500 / Grupo 1.318 - Barra da Tijuca

Rio de Janeiro/RJ – CEP: 22631-002

Tel: (21) 2263-5189

Web: www.indep.com.br – E-mail: indep@indep.com.br

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às entidades desportivas profissionais (NBC TG 2003), e às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de

INDEP Auditores Independentes S/S

Avenida Embaixador Abelardo Bueno, 3.500 / Grupo 1.318 - Barra da Tijuca

Rio de Janeiro/RJ – CEP: 22631-002

Tel: (21) 2263-5189

Web: www.indep.com.br – E-mail: indep@indep.com.br

auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter a continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2024.



INDEP AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC-RJ: 0329 - CNPJ: 42.464.370/0001-20 - IBRACON: 031 – CNAIPJ 180

SERGIO PAULO DA SILVA

Contador CRC-RJ 087960/O-0 - IBRACON 4061 – CNAI 6519

SÓCIO – RESPONSÁVEL TÉCNICO

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CICLISMO**BALANÇOS PATRIMONIAIS****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022****(Em reais, centavos omitidos)**

ATIVO	2023	2022
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	1.632.133	877.501
Adiantamentos a fornecedores	64.392	107.446
Créditos tributários	1.937	3.362
Estoques	92.817	-
Despesas antecipadas	1.807	1.442
	1.793.086	989.751
NÃO CIRCULANTE		
Imobilizado	369.405	387.530
	369.405	387.530
TOTAL DO ATIVO	2.162.491	1.377.281
PASSIVO		
CIRCULANTE		
Obrigações tributárias	19.663	27.054
Obrigações sociais	200.436	167.487
Provisões trabalhistas	111.714	159.795
Outros passivos	1.411.361	539.157
	1.743.174	893.493
PATRIMÔNIO SOCIAL		
Superávits acumulados	419.317	483.788
	419.317	483.788
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL	2.162.491	1.377.281

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CICLISMO**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em reais, centavos omitidos)

	2023	2022
RECEITAS		
Receitas operacionais	14.969.160	14.463.608
Outras Receitas	4.785	31.000
	14.973.945	14.494.608
DESPESAS		
Despesas gerais e administrativas	(15.138.456)	(14.622.510)
Receita financeira líquida	100.040	100.231
	(15.038.416)	(14.522.279)
Déficit do exercício	(64.471)	(27.671)

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CICLISMO**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022****(Em reais, centavos omitidos)**

	Superávits acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	508.037	508.037
Ajustes de exercícios anteriores	3.422	3.422
Superávit do exercício	(27.671)	(27.671)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	483.788	483.788
Déficit do exercício	(64.471)	(64.471)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	419.317	419.317

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CICLISMO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em reais, centavos omitidos)

	2023	2022
Atividades operacionais		
Déficit do exercício	(64.471)	(27.671)
<i>Ajustes por:</i>		
Depreciação	101.255	85.406
Ajustes de exercícios anteriores	-	3.422
	36.784	61.157
Variação no ativo/passivo circulante		
Adiantamento a terceiros	43.054	(72.577)
Créditos tributários	1.425	571
Estoques	(92.817)	24.905
Despesas antecipadas	(365)	(1.140)
Obrigações sociais	32.948	27.943
Obrigações tributárias	(7.391)	25.750
Provisões trabalhistas	(48.080)	31.368
Outros débitos	872.204	(3.414.639)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	837.761	(3.316.661)
Atividades de investimentos		
Imobilizado	(83.130)	(135.046)
Caixa gerado pelas atividades de investimentos	(83.130)	(135.046)
Aumento(redução) de caixa e equivalentes de caixa	754.632	(3.451.707)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	877.500	4.329.208
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.632.133	877.501
Aumento(redução) de caixa e equivalentes de caixa	754.632	(3.451.707)

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CICLISMO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022
(Em reais, centavos omitidos)

1. Contexto operacional

A Confederação Brasileira de Ciclismo, designada pela sigla CBC, é uma associação civil de natureza desportiva, sem fins econômicos, com sede e foro na cidade de Londrina, estado do Paraná, tem por finalidade administrar, dirigir, controlar, difundir e incentivar em todo o país a prática do ciclismo, bem como representar o ciclismo brasileiro nas competições nacionais e internacionais.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da Administração da Entidade e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em obediência à Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, sendo adotadas em 31 de dezembro de 2008 as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas estabelecidas pela NBC TG 1.000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e ITG 2002 – Entidades sem Finalidades de Lucros.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

a. Resultado das operações

Repasses Lei Agnelo/Piva

Os repasses efetuados pelo Comitê Olímpico do Brasil (COB) são contabilizados no passivo circulante da Entidade, sendo realizado quando da baixa da prestação de contas conforme controle do COB. Em função do lapso temporal entre a prestação de contas e a definitiva baixa emitida pelo COB, a Entidade provisiona (realiza) a receita dentro do exercício findo para atender o regime da competência (CPC 07), sendo essa provisão calculada nas prestações de contas já efetuadas e despesas já incorridas, conforme projetos aprovados, zerando o resultado apurado do período, exceto na aquisição de imobilizado. Assim, no passivo da Entidade encontra-se o valor a ser devolvido em função de a despesa não ter sido incorrida ou imobilizado não adquirido ainda. Entretanto, para o Comitê Olímpico

Brasileiro, consideram-se em aberto, todas as prestações de contas ainda não apreciadas. Os demais repasses públicos não originários da Lei Agnelo/Piva também são reconhecidos quando da realização da despesa a que foi destinado conforme convênios.

Patrocínios Vinculados

Os repasses efetuados de patrocínio com a exigência de contrapartidas, especificamente, a realização de eventos, são reconhecidos quando da realização do evento patrocinado ou da despesa a ele vinculado.

Receitas Próprias

Como receitas próprias entendem-se todas as receitas auferidas pela Entidade que não são vinculadas às prestações de contas de órgãos governamentais.

As demais receitas de patrocínio são reconhecidas no resultado quando do efetivo recebimento, além de patrocínios avulsos por eventos.

As demais receitas são provenientes de taxas próprias cobradas por inscrições de atletas, chancelas de eventos e doações e são reconhecidas pelo seu efetivo recebimento.

b. Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades são representadas pelos recursos de depósitos bancários.

As aplicações financeiras, representadas por investimentos temporários de curto prazo mantidos em instituições financeiras no País, com prazos de vencimento de até três meses, a contar da data da aquisição e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, são avaliadas pelos valores efetivamente aplicados, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Nenhuma das aplicações financeiras é destinada à negociação ou se encontra disponível para venda, motivo pelo qual não são avaliáveis pelo seu valor justo ou de mercado. Deste modo, não foram efetuados registros contábeis no patrimônio líquido a título de ajustes de avaliação patrimonial em decorrência dos aumentos ou diminuições de valor resultante das avaliações pelo critério de valor justo ou de mercado, visto que os montantes demonstrados efetivamente representam os respectivos valores de realização.

c. Estoques

Compreendem os materiais estocados em almoxarifado. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado.

d. Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens com os respectivos valores residuais.

Um item do ativo é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado.

e. Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos somente são reconhecidos nos balanços quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seus valores serem mensurados com segurança.

Os passivos são reconhecidos quando a Entidade possui obrigações legais, ou constituída em função do exercício da sua finalidade, ou quando for provável que recursos econômicos serão necessários para liquidá-los. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

f. Imposto de renda e contribuição social

Por ser uma Entidade sem fins econômicos, a CBC está isenta do recolhimento do imposto de renda e da contribuição social, conforme disposto no Ato Declaratório nº 113 de 07 de julho de 1978, da Superintendência Regional da Receita Federal.

g. Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS

Conforme as Leis nº 9.715 de 26 de novembro de 1998 e nº 9.718 de 28 de novembro de 1998, as Entidades sem fins econômicos que tenham empregados, tal como definidos pela legislação trabalhista, contribuirão para o PIS com uma cota fixa de 1% incidente sobre a folha de pagamento mensal.

h. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os valores estão apresentados em Real, foram arredondados para o número mais próximo e estão com centavos omitidos, exceto quando indicado de outra forma.

i. Demonstração dos fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa foi preparada pelo método indireto.

j. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

4. Caixa e equivalentes de caixa

São assim demonstrados em 31 de dezembro:

	2023	2022
Bancos conta movimento	373.806	20.232
Aplicação financeira	1.258.327	857.268
	1.632.133	877.500

5. Imobilizado

O imobilizado está assim demonstrado, em 31 de dezembro:

	Taxa anual de depreciação	2023			2022
		Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Valor residual
Móveis e utensílios	10%	57.865	(53.223)	4.642	8.985
Máquinas e equipamentos	10%	44.632	(26.378)	18.254	18.135
Equipamentos de informática	20%	159.736	(115.692)	44.044	33.809
Equipamento esportivo	20%	397.203	(230.584)	166.619	225.302
Veículos	10%	157.027	(21.181)	135.846	101.299
		816.463	(447.058)	369.405	387.530

6. Outros passivos

São assim demonstrados em 31 de dezembro:

	2023	2022
Contas a pagar	133.535	62.889
COB (Lei Agnelo Piva)	750.983	356.585
CPB (Lei Agnelo Piva)	448.987	111.697
Proesporte PR	-	7.986
Ministério dos Esportes	9.440	-
Prêmios a repassar	38.282	-
	1.381.227	539.157

Durante o exercício de 2023, a Confederação Brasileira de Ciclismo teve a seguinte movimentação de recursos originadas do COB Lei Agnelo Piva:

RECURSOS COB / LEI AGNELO PIVA	
= Saldo em 31/12/2021 a Devolver/Aplicar	666.075
(-) Valores Recebidos em 2021 e Aplicados em 2022	192.672
(-) Valores Recebidos em 2021 e Devolvidos em 2022	473.404
(+) Valores Recebidos em 2022	6.810.080
(-) Valores Aplicados em 2022	5.475.096
(-) Valores Devolvidos em 2022	978.399
Total Aplicado em 2022	5.667.768
= Saldo em 31/12/2022 a Devolver/Aplicar	356.585
(-) Valores Recebidos em 2022 e Aplicados em 2023	123.550
(-) Valores Recebidos em 2022 e Devolvidos em 2023	233.035
(+) Valores Recebidos em 2023	8.497.304
(-) Valores Aplicados em 2023	7.066.552
(-) Valores Devolvidos em 2023	679.769
Total Aplicado em 2023	7.190.103
Saldo em 31/12/2023 a Devolver/Aplicar	750.983

Os recursos do Ministério dos Esportes, Convênio 946022/2023, são para a execução do Programa de Desenvolvimento do Ciclismo Brasileiro (Campeonato Brasileiro de BMX PARK). Durante o exercício de 2023, a Confederação Brasileira de Ciclismo teve a seguinte movimentação desses recursos:

Ministério dos Esportes 946022/2023	
Saldo em 31/12/2023 a Devolver/Aplicar	0
(+) Valores Recebidos em 2023	599.905
(-) Valores Aplicados em 2023	592.841
Total Aplicado em 2023	592.841
Saldo em 31/12/2023 a Devolver/Aplicar	7.064

Os recursos do Ministério dos Esportes, SLI 2102549, são para a execução do Programa de Desenvolvimento do Ciclismo Brasileiro (GP Internacional de Ciclismo de Santa Catarina). Durante o exercício de 2023, a Confederação Brasileira de Ciclismo teve a seguinte movimentação desses recursos:

SLI 2102549	
Saldo em 31/12/2023 a Devolver/Aplicar	0
(+) Valores Recebidos em 2023	265.702
(-) Valores Aplicados em 2023	263.327
Total Aplicado em 2023	263.327
Saldo em 31/12/2023 a Devolver/Aplicar	2.375

Durante o exercício de 2023, a Confederação Brasileira de Ciclismo teve a seguinte movimentação de recursos originadas do CPB Lei Agnelo Piva:

= Saldo em 31/12/2021 a Devolver/Aplicar	106.266
(-) Valores Recebidos em 2021 e Aplicados em 2022	49
(-) Valores Recebidos em 2021 e Devolvidos em 2022	106.264
(+) Valores Recebidos em 2022	3.630.169
(+) Correção	26.342
(-) Valores Aplicados em 2022	2.782.768
(-) Valores Devolvidos em 2022	761.998
Total Aplicado em 2022	2.782.817
= Saldo em 31/12/2022 a Devolver/Aplicar	111.697
(-) Valores Recebidos em 2022 e Aplicados em 2023	35.708
(-) Valores Recebidos em 2022 e Devolvidos em 2023	75.989
(+) Valores Recebidos em 2022	5.592.654
(+) Correção	39.001
(-) Valores Aplicados em 2022	3.843.209
(-) Valores Devolvidos em 2022	1.339.459
Total Aplicado em 2022	3.878.917
Saldo em 31/12/2022 a Devolver/Aplicar	448.987

Em função do lapso temporal entre a realização das despesas e a baixa com prestação de contas junto ao Comitê Olímpico do Brasil ou outros órgãos de controle, as receitas foram realizadas dentro do exercício base em que houve a previsão de realização da despesa conforme projetos.

7. Patrimônio social

O Patrimônio Social é constituído pelos resultados acumulados de cada exercício, referentes às operações inerentes à Entidade.

8. Contingências

A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos, e quando aplicável fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Não há qualquer processo contra a Entidade que gere a necessidade de provisões.

9. Receitas e gastos

São assim demonstradas em 31 de dezembro:

	2023	2022
Receita Lei Agnelo Piva – COB	7.190.103	5.667.768
Receita Lei Agnelo Piva – CPB	3.878.917	2.782.817
	11.069.020	8.450.585
Receita Ministério dos Esportes	856.168	350.000
Receita Secretaria de Estado de Santa Catarina	300.000	207.960
Receita Prefeitura de Congonhas	2.400.000	3.265.754
Receita com inscrições/taxas/doações/patrocínios	343.973	2.189.308
	3.900.141	6.013.022
Receitas operacionais	14.969.161	14.463.607
(-) Gastos recursos Lei A/Piva – COB	(7.190.103)	(5.667.768)
(-) Gastos recursos da Lei A/ Piva – CPB	(3.878.917)	(2.782.817)
(-) Gastos recursos Ministério dos Esportes	(856.168)	(207.960)
(-) Gastos recursos Prefeitura de Congonhas	(2.400.000)	(3.265.754)
Total dos gastos	(14.325.188)	(11.924.299)
Despesas gerais	(813.268)	(2.698.211)
Despesas gerais e administrativas	(15.138.456)	(14.622.510)

**RODRIGO
CESAR
OLIVEIRA:**
00477890938

Assinado digitalmente por RODRIGO CESAR OLIVEIRA:00477890938
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI Multipla v5, OU=14259348000102, OU=Videoconferencia, OU=Certificado PF A1, CN=RODRIGO CESAR OLIVEIRA:00477890938
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2024-03-07 16:31:28
Foxit PhantomPDF Versão: 9.7.1

**JOSE LUIZ
VASCONCELL
OS:**
36762830900

Assinado digitalmente por JOSE LUIZ VASCONCELLOS:36762830900
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI Multipla v5, OU=14259348000102, OU=Presencial, OU=Certificado PF A1, CN=JOSE LUIZ VASCONCELLOS:36762830900
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2024-03-07 16:32:45
Foxit PhantomPDF Versão: 9.7.1